

Mestrinho é réu em ação de improbidade

Presidente do Conselho de Ética garantiu a senadores que não estava envolvido

José Augusto Gayoso

● BRASÍLIA. Apesar de ter dito aos demais senadores, no plenário, que seu nome não era citado no processo que apura superfaturamento na construção do Sambódromo de Manaus, o presidente do Conselho de Ética, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), é um dos réus na ação de improbidade administrativa.

Mestrinho disse aos senadores que sequer era o governador quando ocorreram os problemas com a obra (superfaturamento, contratação de empreiteiras sem concorrência e até o desabamento de parte do teto da construção). Na semana passada, o presidente do Conselho de Ética disse aos senadores que faria um discurso para responder às denúncias, publicadas na revista "Veja". Na hora de discursar, em vez de ler, anunciou aos senadores que apenas deixaria uma cópia do discurso na Mesa Diretora.

Poucos senadores se interessaram

em ler o documento. Muitos sabem que Mestrinho pode fazer sua defesa da melhor maneira possível, mas não há como negar: a ação de improbidade está na 3ª Vara da Justiça Federal no Amazonas, aguardando sentença em primeira instância. Mestrinho e mais quatro pessoas, entre elas o representante da construtora Comagi, Paulo Girardi, são réus no processo enviado pelo procurador-chefe da República no Amazonas, Sérgio Lauri Ferreira, em dezembro de 1999.

Ação pede resarcimento de R\$ 37,8 milhões

A ação, que perdeu o privilégio de tramitar em segredo de Justiça, propõe que sejam devolvidos aos cofres públicos R\$ 37,8 milhões (cálculo de dezembro de 1999). O advogado Lélia Antônio dos Santos Corrêa, autor da ação que motivou o Ministério Público Federal a iniciar o processo, lembra que os recursos para a obra do Sambódromo

deveriam estar aplicados em ações sociais.

— O que mais dói é saber que esse dinheiro todo deveria estar pagando novas escolas — comentou o advogado, que esteve no Senado.

Mestrinho deverá pedir licença da presidência do conselho hoje, para fazer tratamento de câncer na próstata. A licença seria por tempo ilimitado. Quem assume é o vice Geraldo Althoff (PFL-SC).

A comissão de três senadores que vai relatar a investigação das denúncias contra o presidente licenciado Jader Barbalho (Jefferson Peres, João Alberto e Romeu Tuma) se reúne hoje pela primeira vez para tratar do assunto. Tuma deve apresentar as fitas gravadas com denúncias de corrupção envolvendo Jader e o ex-deputado federal Mário Frota. O deputado diz a um interlocutor que Jader estava cobrando R\$ 5 milhões para interceder a favor da liberação de um financiamento da extinta Sudam. ■